

Plano Juncker passa a 1ª etapa

O relatório do Dep. José Manuel Fernandes e do alemão Udo Bullmann foi aprovado pelas Comissões dos Orçamentos e dos Assuntos Económicos e Monetários. Segue-se a negociação entre o PE, o Conselho e a Comissão.



Pg. 05

EDITORIAL CARLOS COELHO

Mediterrâneo

Em 2011 as fotos dos caixões em Lampedusa acordaram a opinião pública europeia para a dimensão da tragédia.

Todos os dirigentes políticos se confessaram chocados, exprimiram consternação e prometeram decisões.

Passaram dois anos e estamos na mesma. **Precisamos de verdadeiras políticas europeias de asilo e imigração.** Que sejam eficazes e solidárias, que apostem na cooperação e no desenvolvimento, que combatam o tráfico de seres humanos, que contribuam para o fim da guerra. Esperamos a anunciada Agenda da Comissão para a migração.

Estamos confrontados porém, com uma emergência humanitária: **salvar vidas tem de ser uma prioridade!**

A intenção de triplicar o orçamento da operação **Triton** tem impacto mediático mas significa que a União Europeia, que 28 Estados-Membros se propõem investir apenas o mesmo que um país sozinho - a Itália - fazia com a sua operação **Mare Nostrum**.

Também aqui **precisamos de mais Europa e mais solidariedade.**

Em Resposta a Cláudia Monteiro de Aguiar

Comissão Europeia diz que a taxa da Câmara de Lisboa é ilegal.

Pg. 16

Tragédia no Mediterrâneo



Carlos Coelho:
É urgente
Salvar Vidas.

Pg. 03

Aprovadas propostas de Sofia Ribeiro sobre o crescimento e o emprego

Pg. 11

Paulo Rangel intervém em seminário sobre “Populismos” em Londres



Nos últimos anos temos vindo a assistir ao aumento do número de Partidos populistas em diversos Estados-Membros, incluindo o Reino Unido, França, Espanha e Grécia. Todos esses partidos estão unidos na busca de uma reestruturação fundamental do funcionamento da UE.

Paulo Rangel interveio no seminário organizado pela *Fundação Konrad Adenauer* e o *Martens Center for European Studies* que teve como tema geral: “*the United Kingdom and the European Union: challenges and prospects for a lasting union*”.

Nos últimos anos temos vindo a assistir ao **aumento do número de Partidos populistas** em diversos Estados-Membros, incluindo o Reino Unido, França, Espanha e Grécia. Tanto à esquerda como à direita esses partidos têm um ponto em comum: estão unidos na busca

de uma reestruturação fundamental do funcionamento da UE.

No Reino Unido, o UKIP tem multiplicado as campanhas para a Grã-Bretanha deixar a UE. **Como podem os partidos políticos tradicionais de centro-direita combater as políticas eurocéticas dos partidos populistas?** É uma das questões às quais o Seminário organizado pelo *Martens Center* e a *Fundação Konrad Adenauer* tentou responder.

A introdução ao tema esteve a cargo de Paulo

Rangel na sua qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais e Vice-Presidente do grupo PPE responsável pelo *European Ideas Network*.

Participou ainda no painel, Josef Janning (Senior Policy Fellow Berlin, European Council on Foreign Relations - ECFR) e o Professor Maurice Fraser (Head of the European Institute, London School of Economics - LSE).

O debate foi moderado por Roland Freudenstein do Martens Centre. [E](#)

TRAGÉDIA NO MEDITERRÂNEO

Carlos Coelho afirma: É Urgente Salvar Vidas!

Mais de 700 pessoas (provavelmente 950) perderam a vida no Mediterrâneo num só dia. Infelizmente, o Mediterrâneo transforma-se num cemitério como disse o Papa Francisco. Com esta tragédia 1.650 terão perdido a vida no Mediterrâneo nos primeiros 4 meses de 2015. **A evolução é brutal.** No mesmo período no ano passado terão sido cerca de 27 pessoas.

Desde o início do ano as autoridades italianas estimam terem sido detectadas mais de 15.000 pessoas a tentarem entrar em Itália, pelo Mediterrâneo. As autoridades gregas reportam cerca de 10.000.

Carlos Coelho lembrou que já em Outubro se mostrou preocupado com o final da operação "Mare Nostrum": *"Em Outubro solicitei à Comissão Europeia mais informações sobre os meios e raio de acção da operação Triton, alertando que poderia colocar em causa milhares de vidas. A resposta foi: confidencial. A tragédia de hoje tornou público que os meios não são manifestamente suficientes. Hoje tornou-se público que a solidariedade que funda esta União nem sempre é posta em prática"*.

Perante mais esta tragédia, o Deputado exigiu acção imediata: *"o que pretende a Comissão fazer? Não basta expressar pesar. Há que tomar*

Desde o início do ano, as autoridades italianas estimam terem sido detectadas mais de 15.000 pessoas a tentarem entrar em Itália, pelo Mediterrâneo. As autoridades gregas reportam cerca de 10.000.

medidas. Convido a Comissão Europeia a garantir a plena aplicação do Regulamento 656/2014, assegurando que a Frontex cumpre as suas obrigações".

Este Regulamento que aprovámos em 2014 e de que me orgulho ter sido relator, determina que **nas missões da Frontex a Prioridade deve ser salvar vidas"**.


De acordo com informações trazidas a público (entre outros, pelo "The Guardian"), a operação italiana **Mare Nostrum** terminou porque a UE deixou de a financiar, substituindo-a pela operação da Frontex "**Triton**" marcada por falta de recursos financeiros e operacionais. Nesta área a UE está seriamente limitada pela falta de vontade política dos Estados-Membros. Medidas de longo prazo são seguramente necessárias, como uma cooperação com países terceiros mais eficaz. Mas não produzem efeitos imediatos. **A Europa enfrenta**

uma séria crise humanitária.

Por isso Carlos Coelho perguntou ao Conselho:

1. Considera apoiar missões de Busca e Salvamento fora do âmbito da Frontex?
2. Vai adoptar alguma medida de apoio financeiro urgente à Itália?
3. Está a preparar alguma medida de reforço urgente de meios financeiros e operacionais para a operação Triton?

E à Comissão:

1. Vai providenciar mais apoio financeiro urgente à Itália, Grécia e Malta?
2. Considera urgente melhorar a cooperação entre as agências, em particular a Frontex e o Gabinete Europeu de apoio em matéria de asilo?
3. Pondera utilizar em toda a sua extensão as capacidades do Eurosur para acções de Busca e Salvamento? 



Presidente da Delegação UE Brasil intervém na XXII edição do Fórum Brasil-Europa

Paolo Rangel, na qualidade de **Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Brasil**, participou pela segunda vez, no Fórum Brasil-Europa, organizado no Congresso brasileiro, numa parceria da representação da União Europeia e da Fundação Konrad Adenauer.


Tratou-se da XXII edição do Fórum Brasil-Europa cujo tema foi **“Brasil e União Europeia – Parceiros na política mundial”**.

Além de uma intervenção sobre a perspectiva Europeia das relações UE-Brasil, Paulo Rangel interveio na mesa redonda sobre **“os espaços globais transformados pela Educação, Ciência e Tecnologia”** respondendo a questões diversas tais como: como a educação

pode fomentar valores cívicos nas sociedades modernas?; Educação, ciência e tecnologia como recursos mais importantes do século 21 ou ainda como a ciência e tecnologia influenciam os espaços globais e como os espaços globais afectam o desenvolvimento tecnológico?, entre outras.

Uma sala repleta de congressistas, corpo diplomático e centenas de estudantes de ciência política e de relações internacionais das Universidades de Brasília, Católica de Brasília e de Goiania.

A deslocação a Brasília representou ainda uma oportunidade para manter contactos com a Chefe da Delegação da UE em Brasília, a embaixadora Ana Paula Zacarias, com o Em-

baixador português Francisco Ribeiro Telles. Estes dois diplomatas proporcionaram ainda a troca de impressões com muitos outros embaixadores da UE e de fora da UE tais como os embaixadores inglês, angolano, irlandês, ucraniano, espanhol, grego, polaco, dinamarquês, sueco, croata, entre vários outros, que permitiu ter um retrato global do papel que o Brasil desempenha hoje no concerto mundial. Serviu ainda para estabelecer contactos políticos de alto nível no Congresso, no Itaramaty (Ministério das Relações Exteriores) e no Palácio do Planalto. Para estes contactos, foi decisivo o novo presidente do Grupo de Amizade Brasil-UE, Eduardo Barbosa. O seu dinamismo e entusiasmo garantem que a cooperação entre os dois Paramentos vai ser altamente reforçada. 

Plano Juncker

José Manuel Fernandes vence 1ª etapa

A 1ª etapa do Plano Juncker passou nas comissões dos Orçamentos e dos Assuntos Económicos e Monetários com 69 votos a favor, 13 contra e 6 abstenções.

São relatores o português **José Manuel Fernandes**, nomeado pela Comissão dos Orçamentos e o socialista Alemão Udo Bullmann indicado pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido também como "**Plano Juncker**", que prevê a **mobilização de 315 mil milhões de euros em três anos** para a dinamização da economia europeia.

A aprovação do novo fundo deverá concretizar-se até Junho, num processo de co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho.


Do processo de elaboração do relatório sobre o FEIE, que contou com 3.539 propostas de emendas, destaca-se o facto de o relator José Manuel Fernandes ter visto **todas as suas propostas de alteração serem aprovadas**, incluindo a defesa da coesão social e territorial e a atenção às falhas e fragmentação dos mercados financeiros, o que permite "**reforçar os projectos de países como Portugal**".

José Manuel Fernandes, que é também o relator do PE para o orçamento geral da União Europeia para 2016, sublinha que ficou demons-



trado que "*o Parlamento Europeu quer este fundo e está determinado a assegurar todas as condições para que entre rapidamente em execução, com o objectivo de promover o emprego e o crescimento*", apontando o "**Plano Juncker**" como "*uma oportunidade e um reforço de peso nos recursos disponíveis para dar um novo impulso na criação de emprego, apoio às empresas e promoção do empreendedorismo*".


"*Espero que Portugal beneficie deste Plano Juncker, designadamente na interconectividade das redes de energia. Este plano, que impulsiona*

os investimentos privados e públicos sobretudo em projectos de risco, deverá ter efeitos colaterais positivos no aprofundamento do mercado interno e na criação de um ambiente mais favorável às empresas, nomeadamente às PME que são a espinha dorsal da economia europeia. É fundamental trabalhar na simplificação, no combate à burocracia e na necessidade de taxas de juro mais baixas para as empresas". De acordo com José Manuel Fernandes, o FEIE "**constitui uma oportunidade que se adiciona e complementa os fundos europeus já existentes e que Portugal vai aproveitar**". 

Acordo Comercial com os Estados Unidos recentrará Portugal

Realizou-se a oitava ronda negocial do TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América), para discutir questões em matéria de acesso ao mercado e cooperação ao nível da regulação em diversos sectores, designadamente, o automóvel e o farmacêutico.

Após reunião com a Comissária Europeia do Comércio **Cecilia Malmström**, **Fernando Ruas** referiu que: "*é natural que existam receios e algumas inseguranças de parte a parte, relativamente a determinados aspectos mais específicos do Acordo, mas a verdade é que a sua conclusão, que esperamos possa ocorrer tão breve quanto possível, permitirá em termos globais, criar*

a maior zona de comércio livre do mundo e, numa perspectiva nacional, permitirá ainda recentrar em termos geográficos o nosso país, conferindo principalmente às pequenas e médias empresas um amplo mercado comercial, sobretudo para as indústrias do calçado e do têxtil, bem como para os sectores da agricultura, do vinho e do azeite, entre outras". 

Sofia Ribeiro defende mais formação e segurança nas pescas

A **Europêche** é uma importante organização de lóbi no sector das pescas e reuniu com **Sofia Ribeiro** para apresentar alguns contributos para o relatório sobre a formação profissional dos trabalhadores marítimos. Na ocasião, a Eurodeputada afirmou que *“a formação é, para mim, um dos pilares da segurança marítima e tendo em conta que a pesca é a actividade profissional com maior taxa de acidentes - estimando-se a perda de 24 mil vidas por ano, importa que os Estados Membros ratifiquem esta Convenção o mais rápido possível, após a aprovação do meu relatório, pois não podemos perder mais tempo. A título de exemplo e tomando em consideração os dados conhecidos para o ano de 2013, ocorreram cerca de 58 acidentes de trabalho nas Pescas nos Açores, que resultaram numa vítima mortal!”*.

A Convenção “STCW-F” tem por objectivo garantir que o pessoal embarcado nos navios de pesca possua as qualificações (comprovadas por certificado oficial) e a aptidão necessárias para o trabalho (segundo atestado médico), a fim de reduzir ao máximo as potenciais ameaças para a segurança de vidas humanas ou de bens no mar ou para o meio marinho durante as operações a bordo dos navios de pesca. Segundo Sofia Ribeiro *“a Convenção exige que o pessoal possua um nível mínimo de conhecimentos em matérias específicas e que tenha desempenhado funções a bordo de um navio durante um período mínimo. Com esta convenção pretende-se criar e manter um nível de desempenho equitativo a todos os EM no sector das pescas, incentivando a formação profissional de todos os que estão a bordo, contribuindo assim para a redução de acidentes”* tendo prosseguido *“não se compreende, portanto, o destaque dado pelo Conselho, apenas aos navios de pesca acima dos 24 metros/750kw, quando a formação é a garantia de segurança de todos os marítimos num navio de pesca de qualquer comprimento/potência.*


Vejamos o caso da Dinamarca, um dos países que ratificou prontamente esta Conven-



Sofia Ribeiro afirmou que *“a formação é, para mim, um dos pilares da segurança marítima e tendo em conta que a pesca é a actividade profissional com maior taxa de acidentes - estimando-se a perda de 24 mil vidas por ano, importa que os Estados Membros ratifiquem esta Convenção o mais rápido possível, após a aprovação do meu relatório, pois não podemos perder mais tempo. A título de exemplo e tomando em consideração os dados conhecidos para o ano de 2013, ocorreram cerca de 58 acidentes de trabalho nas Pescas nos Açores, que resultaram numa vítima mortal.”*

ção, tendo diminuído significativamente o número de acidentes com navios de pesca desde então”.

Ao finalizar, Sofia Ribeiro alertou para a necessidade de *“se esclarecer os Estados-Membros do que realmente trata esta convenção - a segurança dos trabalhadores a bordo de Navios de Pesca. Temos igualmente de perceber que em acidentes em alto mar todos perdem, não só os trabalhadores, como também os donos*

*dos navios. Assim, é fundamental convidar a Comissão a legislar no sentido de **alargar o âmbito de aplicação desta Convenção** ou, pelo menos, adoptar disposições regulamentares aplicáveis a navios com menos de 24 metros e o custo desta actividade formativa não será um problema, pois como todos sabemos, a União Europeia já suporta financeiramente a formação no sector das pescas, através do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas”.* 

Cláudia Monteiro de Aguiar contesta proibição de pesca da "gata"

A Deputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** insurgiu-se junto das instituições europeias **contra a proibição da captura de tubarões de profundidade** que tem levantado várias preocupações junto das entidades regionais e que tem lesado a comunidade piscatória madeirense.

À Comissão Europeia e ao Conselho, Cláudia Monteiro de Aguiar reforça que **"a captura da "gata" é acessória e acidental, resulta de baixas capturas indesejadas aquando da pesca da Espada Preta, não colocando em perigo a sustentabilidade dessa espécie. Além disso, a própria comunidade científica não considera de forma unânime que deva existir uma total interdição das capturas, visto que quando é pescada a mais de 1.000 metros de profundidade dificilmente sobrevive quando vem à superfície."**

Recorde-se que a 15 de Dezembro último, o Conselho Europeu aprovou unilateralmente o regulamento que fixa, para 2015 e 2016, as possibilidades de pesca relativas a determinadas unidades populacionais de peixes de profundidade mas não teve em consideração as apanhas acessórias de peixe como é o caso




da "gata" em Câmara de Lobos. Este mesmo regulamento define as possibilidades de pesca do peixe de Espada Preta que assume uma importância estratégica na Região Autónoma da Madeira, pois gera mais de 6 milhões de Euros e centenas de postos de trabalho. Para este tipo de pescaria, foram fixadas as quotas

de 3.141 toneladas em 2015 e 2.825 toneladas em 2016, verificando-se uma redução anual de 10% da capacidade de pesca.

A Deputada do PSD salienta que **"o meu objectivo foi o de encetar todos os esforços necessários, com a máxima urgência e celeridade junto das instituições europeias para que seja possível, de futuro, manter o regime de excepção da apanha da "gata" com o peixe de Espada Preta e recuperar esta iguaria gastronómica tão característica, e com peso relevante na frágil economia local da cidade de Câmara de Lobos"**.

Cláudia Monteiro de Aguiar questiona as instituições europeias sobre: **"Que pareceres científicos estiveram na base da decisão de proibir a pesca de tubarões de profundidade e para quando a reavaliação do regulamento e a possível reintrodução do regime de excepção aplicado à Madeira?"**


A Comissão Europeia e o Conselho terão agora três semanas para responder à pergunta de cariz urgente apresentada pela Deputada do PSD. 

Fernando Ruas questiona Comissão Europeia e Conselho sobre as relações comerciais entre a UE e o Brasil

O Deputado **Fernando Ruas**, em pergunta dirigida ao Conselho e à Comissão Europeia recordou que **"o novo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Armando Monteiro Neto, afirmou na sua tomada de posse que pretende aprofundar as Relações comerciais do Brasil com os EUA, os países da Aliança do Pacífico e a UE"**, e sublinhou que estas declarações surgiram,

no seguimento de idênticas declarações da Presidente Dilma Rousseff em Novembro do ano passado.

Neste contexto, o Deputado Português perguntou: **"Qual a sua posição sobre esta renovada e forte vontade demonstrada pelo Brasil em concluir os Acordos com o Mercosul? Considera a presidência a possibilidade em avançarmos para um Acordo Comercial**

exclusivamente com o Brasil ou com os países do Mercosul que se sintam preparados para avançar (usando como precedente o recente Acordo com a Comunidade Andina que acabou sendo um Acordo com a Colômbia e o Peru, ao qual se deseja agora novamente juntar o Equador), abandonando a preferível abordagem multilateral que tanto defendemos para os nossos Acordos Comerciais?" 

Fernando Ruas assume relatório para a Política de Coesão no âmbito da Revisão da Estratégia Europa 2020

O Deputado **Fernando Ruas** foi escolhido como relator da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) para “a Política de Coesão e a Revisão da Estratégia Europa 2020”.

O Deputado português declarou: “o meu objectivo é simplesmente o de fazer um relatório de iniciativa sobre a **Política de Coesão e a Revisão Intercalar da Estratégia Europa 2020** que embora afirmativo, seja o mais abrangente, evolutivo e biunívoco possível, de forma a que, e na medida do possível, possa contribuir para tornar a União Europeia cada vez mais coesa e equitativa, mais justa, e obviamente mais forte”.

Fernando Ruas afirmou: “chegou o momento do Parlamento Europeu através da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional iniciar a sua discussão sobre esta matéria no que diz respeito à sua relação com a **Política de Coesão**”.

E enunciou 5 ideias-chave para o início da discussão:


1. Em primeiro lugar, julgo ser fundamental relevar o papel central/vital que a Política de Coesão tem na concretização prática das metas da **Estratégia Europa 2020** desde o seu início.
2. O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (os Fundos do **Plano Juncker**) deve ser complementar e adicional à Política de Coesão e aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
3. A Estratégia Europa 2020 deverá desenvolver-se com base numa Governança Multi-Nível, apoiada no princípio de parceria. Gostaria de sublinhar, neste âmbito, a importância da promoção de uma abordagem mista “top down/ bottom up”, ou seja simultaneamente de baixo para cima e de cima para baixo.
4. A necessidade de uma abordagem territorial para a Estratégia Europa 2020, que pressuponha o uso de metas para os Objectivos da Estratégia Europa 2020 ‘feitos à



Fernando Ruas afirmou: “chegou o momento do Parlamento Europeu através da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional iniciar a sua discussão sobre esta matéria no que diz respeito à sua relação com a Política de Coesão”.

medida’ para cada região, ou seja objectivos específicos e próprios para cada Região (e também, eventualmente, a introdução de uma certa flexibilidade quanto ao seu cumprimento- por exemplo, através da introdução de análises e avaliações qualitativas). Parece-me evidente que diferentes regiões vivenciam diferentes realidades e possuem particularidades próprias.

5. Tendo em atenção os constrangimentos temporais e os atrasos vividos no início do

actual período de programação dos Fundos Estruturais, julgo que a discussão sobre os futuros Fundos Estruturais e sobre a futura Estratégia de Longo Prazo da União Europeia (ou seja o pós Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e o pós Estratégia Europa 2020) seja efectuada de forma atempada, coerente e abrangente, de forma a não repetir erros do passado e para que os princípios de Governança Multi-Nível sejam traduzidos na prática. 


Orçamento da União Europeia para 2016 tem como prioridades 3 E's: Emprego, Empresas e Empreendedorismo

O Parlamento Europeu aprovou em Março as orientações gerais para a elaboração do Orçamento da União Europeia para 2016, que terá um montante de cerca de 145 mil milhões de euros, dando luz verde às prioridades propostas pelo Eurodeputado do PSD **José Manuel Fernandes**, que tem como o ponto central **"Emprego, Empresas e Empreendedorismo, designado por 3 E's"**. O relatório foi apresentado pelo Eurodeputado na Sessão Plenária em Estrasburgo e aprovado por larga maioria.

"A União Europeia deve promover o emprego, apostar e reforçar as competências dos seus cidadãos, fomentar o empreendedorismo e apoiar as empresas – nomeadamente as mais de 20 milhões de pequenas e médias empresas que representam 99% de todas as empresas na UE–, criando-lhes um ambiente favorável e o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo, devolvendo às PME o seu papel enquanto principais criadoras de emprego", explica o Eurodeputado.

José Manuel Fernandes reitera **"a importância de assegurar a solidariedade interna da UE através da coesão social, económica e territorial da União, combatendo as desigualdades sociais, a pobreza, a exclusão e o desemprego"**.

A par da solidariedade interna, o Parlamento Europeu defende que o orçamento deve promover a solidariedade externa e a segurança. **"Prendemos reforçar a ajuda ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza, prestando assistência de emergência em crises humanitárias e civis – como é o caso da Ucrânia – e contribuir para a agenda mundial para o desenvolvimento pós-2015"**, sublinha o Eurodeputado José Manuel Fernandes.

Este é um orçamento em que **94% é para investimento** sendo apenas 6% para despesas de todas as instituições da UE. Em Portugal todos os programas e fundos europeus –tais como os programas operacionais nacionais recentemente aprovados– fundamentais para o investimento, a competitividade, o crescimento e emprego saem deste orçamento. O Orçamento Geral da UE resulta de uma co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho. 

Carlos Coelho: Tolerância Zero para a mutilação genital feminina



Teve lugar em Estrasburgo, o debate no Parlamento Europeu com a Comissão Europeia sobre a **Mutilação Genital Feminina**.

Carlos Coelho, Membro efectivo da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos, ressaltou em Estrasburgo que **"a mutilação genital feminina é, nos dias de hoje, uma das violações mais bárbaras dos direitos humanos e da igualdade de género"**.


Estima-se que cerca de **140 milhões** de mulheres e raparigas tenham sido vítimas de mutilação genital feminina, a maior parte em África e no Médio Oriente.

O social-democrata recordou que **"este não é um problema apenas de sociedades externas ao nosso Mundo ocidental. Bem pelo contrário! Este acto de barbárie, que inflige danos atrozes em mulheres e jovens raparigas já fez 500 mil vítimas só na UE havendo vítimas, ou potenciais vítimas, em pelo menos 13 países da UE!"**

Não existem estatísticas oficiais a nível da UE relativas à prevalência da Mutilação Genital Feminina na Europa. No entanto, um estudo recente conduzido pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género

(EIGE), revela que em pelo menos 13 países da UE existem vítimas, ou potenciais vítimas: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, **Portugal**, Suécia e Reino Unido.

"Urge atacá-lo, rápida e eficazmente devendo tanto a Comissão como os Estados-Membros envidar todos os esforços na sua erradicação, tanto ex-ante em medidas informativas e preventivas de apoio a possíveis vítimas e através de molduras penais dissuasivas bem como numa fase posterior na identificação dos casos, punição dos infractores e acompanhamento das vítimas. Não é somenos saber como pretende a Comissão articular a protecção dos requerentes de asilo por motivos de mutilação genital com a Directiva Procedimentos de Asilo", conclui Carlos Coelho.

O Parlamento Europeu está preocupado com os aspectos práticos da execução de um plano de acção apresentado pela Comissão em 2013 e de outros instrumentos políticos e jurídicos ao dispor da UE para eliminar a Mutilação Genital Feminina dentro e fora do território da União tendo aproveitado a ocasião para questionar a Comissão Europeia e não deixar cair em esquecimento esta causa. 

Cláudia Monteiro de Aguiar organiza mesa redonda sobre a Economia Azul



Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu que *“a aquacultura deve ser um dos sectores a apoiar, assim como o turismo náutico e costeiro que tem conseguido ultrapassar as dificuldades nesta fase de crise...”*

Cláudia Monteiro de Aguiar organizou no passado dia 14 de Abril uma mesa redonda com vários agentes do sector ligados ao mar, pretendendo assim unir esforços para que todos trabalhem em conjunto na afirmação do **potencial estratégico que a economia azul assume na União Europeia e, especialmente em Portugal.**


Na presença de eurodeputados, deputados portugueses, membros da Comissão Europeia, conselheiros dos Estados-Membros, organizações não-governamentais e empresários, a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu que **“a aquacultura deve ser um dos sectores a apoiar, assim como o turismo náutico e costeiro que tem conseguido ultrapassar as dificuldades nesta fase de crise. São duas áreas fundamentais que têm a ver com a economia azul, em que a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu devem**

“fazer esforços para orientar os fundos”.

Com a participação de 14 Conselheiros de Estados-Membros, foi referida a importância de potenciar a economia do mar mas não esquecendo a sustentabilidade, tanto ambiental como social, e não estar apenas preocupado com a parte puramente económica. António Domingos Abreu, (Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável), referiu inclusivamente que **“por vezes a ânsia e a pressa de desenvolver, a corrida ao ouro, pode sair caro. Está na altura de explorar o mar dando garantias de que o fazemos de forma justa, equitativa e equilibrada”**, afirmou, acrescentando que **“só assim se garante que a riqueza produzida a partir do recurso mar irá perdurar”.**

Presente também na mesa redonda esteve o Director-Geral da Política do Mar que afirmou

a importância que o mar assume na nossa vida quotidiana **“a chamada “economia do mar” aumentou nos últimos anos e representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando 2,8% do emprego do país. Dentro da “economia do mar”, as atividades económicas principais são “o turismo costeiro e marítimo, os portos e ainda a pesca, aquacultura e indústria de transformação do pescado. Fazem ainda parte a construção naval e áreas mais tecnológicas, como as energias renováveis Portugal tem o objetivo de potenciar a economia do mar para que em 2020 represente 3,8% do PIB”.**

No final do debate, Cláudia Monteiro de Aguiar afirmou que **“pretendo aproveitar os contributos recebidos pelos diversos agentes do sector e elaborar um plano com vista a fomentar o potencial da economia do mar na União Europeia”.** 

Combate ao Rapto Internacional de Crianças

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, um pacote de relatórios sobre a adesão de vários Estados à **Convenção de Haia** de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, que contou com o apoio do Deputado **Carlos Coelho**.

Carlos Coelho afirmou em Estrasburgo que a *“Convenção de Haia, de 25 de Outubro de 1980 sobre os aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças é um instrumento fundamental no âmbito da cooperação judiciária entre os Estados contratantes na **resolução dos casos de rapto internacional de crianças**”*

Este tipo de situações ocorre com muita frequência quando um casal se separa. Se os pais forem originários de Estados diferentes, existe a tentação de explorar a falta **de cooperação entre esses mesmos Estados** para obter a custódia dos menores. São bastante frequentes os casos de raptos internacionais de crianças noticiados pela imprensa que ocorrem na sequência de separações e divórcios.

Ora como esclareceu Carlos Coelho *“com esta Convenção visa-se **harmonizar os sistemas jurídicos diferentes dos Estados** que normalmente se declaram ambos competentes para julgar a acção”* e declaram a custódia do menor ao progenitor nacional do Estado que representam passando-se a adoptar com a Convenção o critério do Estado de residência do menor.

Em virtude de actualmente esta matéria ser da competência exclusiva externa da União é necessário uma Decisão do Conselho que apele à aceitação dos Estados-Membros da adesão de países terceiros à Convenção de Haia, aprovada agora pelo plenário do PE.

Ao terminar o social-democrata felicitou o **Gabão, Andorra, Seicheles, Rússia, Albânia, Singapura, Marrocos e Arménia** pela adesão à Convenção, dando assim um passo na **protecção dos seus menores contra o rapto**. 

Sofia Ribeiro vê aprovadas propostas sobre o crescimento e o emprego na UE




O **Semestre Europeu** é o processo de coordenação das políticas económicas e orçamentais nacionais, ao nível da União Europeia, tendo os Estados-Membros de alinhar a sua acção e orçamentos com as orientações agora emanadas pelo Parlamento Europeu e Comissão Europeia. Segundo **Sofia Ribeiro** *“o PPE defendeu para este Semestre Europeu três objectivos principais: **aumento de empregos, promoção do crescimento e melhoria do investimento**, assentes num modelo de economia de mercado com fortes preocupações sociais”* tendo ainda acrescentado a necessidade de um *“crescimento sustentável, de modo a transmitir às próximas gerações melhores oportunidades de emprego em vez de uma pesada herança, ao responsabilizá-los por dívidas que não cometeram. Tal só será possível, apostando no investimento, em reformas estruturais e na responsabilidade fiscal”*.

Referindo-se às questões do Emprego e dos Assuntos Sociais, a Eurodeputada defendeu uma **aposta mais forte no capital humano, na mobilidade profissional, na investigação e na inovação**, que considera essenciais para expandir o potencial económico da UE *“trazendo assim prosperidade aos povos europeus”*. Sofia Ribeiro defendeu ainda que *“é fundamental continuarmos a **implementar medidas de combate ao desemprego jovem**, sem esquecer o desemprego de longa duração, pois os jovens serão o motor da alavancagem da nossa economia, e a Europa, todos nós, devemos-lhes isto”*. Também apelou a uma melhor política de natalidade que tra-

ve o envelhecimento da população europeia, apontando a necessidade da **promoção do equilíbrio entre a vida profissional e a familiar**.

A Eurodeputada defendeu ainda que muito há a fazer e que *“cabe aos Estados-Membros também cumprir com a sua parte, eliminando os encargos administrativos desnecessários e a burocracia que desincentiva o empreendedorismo, a criação de start-ups, Micro e PMEs que são as catalisadoras do crescimento económico, inovação, emprego e integração social. Também temos de mobilizar todos os meios e recursos, nomeadamente no domínio das actividades de ciência, no apoio a uma política de investigação forte e no desenvolvimento de uma formação e educação de qualidade, para manter a vantagem competitiva das empresas e indústrias inovadoras nos EMs.”*

A finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro afirmou ser necessária uma maior coesão social e territorial europeia, referindo que *“num relatório tão importante como este e pela primeira vez, há uma referência explícita às Regiões Ultraperiféricas, como é o caso dos Açores. Defendi e defenderei sempre que a Europa é uma Europa das Regiões, e que o projecto europeu não deve, nem pode, deixar ninguém para trás”*, tendo terminado dizendo que *“não haverá crescimento duradouro sem estabilidade e nem estabilidade duradoura sem crescimento. Para alcançar isto, precisamos de continuar a desenvolver a dimensão social sobre os mecanismos de governação económica”*. 

Sofia Ribeiro defende a valorização do voluntariado

A Deputada **Sofia Ribeiro** considerou que o **trabalho voluntário desempenha um papel crucial na mitigação do impacto social e económico das crises**, pois *“revelou ser uma importante arma de sobrevivência de muitas ONG’s, IPSS’s, entre outras entidades. Há ainda um longo trabalho a desenvolver para ajudar estas associações, das quais destaco como principal a revisão do estatuto dos dirigentes associativos que têm imensos problemas em conciliar o trabalho voluntário com a sua vida profissional e pessoal. Por outro lado, é preciso fazer com que muitas destas organizações deixem de estar fechadas sobre elas próprias, deixem de ter receio de elementos externos e acreditem na mais-valia que é a actividade voluntária”*.

Sofia Ribeiro assegurou que a actividade voluntária *“tem contribuído para atingir as metas da estratégia de crescimento Europa 2020, como factor importante de criação de capital social e desenvolvimento, e de promoção da coesão económica e social”*, acrescentando ainda que *“a União Europeia tem a perfeita noção da importância do trabalho de voluntariado e a prova disso foram todos os compromissos assumidos em 2011, no Ano Europeu do Voluntariado, onde vários EM procuraram dar à actividade um verdadeiro impulso, deixando linhas de acção definidas para os anos seguintes. Devemos também congratular iniciativas como a criação do **Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária**, ou a alocação do **Serviço de Voluntariado Europeu** no novo programa **Erasmus+**. Ferramentas que devem ser promovidas tanto quanto possível nas nossas universidades e outros estabelecimentos de ensino”*.

Para além de discutir o impacto qualitativo na sociedade, este debate teve como objectivo avaliar os instrumentos disponíveis para que se possa ter uma percepção quantitativa do trabalho voluntário. Sofia Ribeiro reforçou que *“não há dúvida alguma de que os voluntários estão a desempenhar um papel-chave na sociedade, mas não sabemos, por exemplo, quantas horas estas pessoas estão a dedicar a al-*



guém ou a uma causa? Ou se há alguma mais-valia na empregabilidade futura destes voluntários? Como podemos calcular o valor do que estão a produzir? Faltam-nos dados estatísticos e enquanto não os tivermos não conseguimos medir concretamente o alcance da acção voluntária, assim como, não conseguimos criar medidas que eliminem lacunas existentes na actividade”. A Eurodeputada chamou também a atenção para as orientações definidas no Manual da OIT sobre a medição do voluntariado europeu, considerando que *“devem ser seguidas por todos os Estados-Membros a fim de termos dados comparáveis que podem vir a fornecer-nos uma imagem clara da real contribuição desse trabalho a nível Europeu”*.

Ao finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro reconheceu existir outras falhas na actividade, nomeadamente no que diz respeito ao **“reconhecimento formal e à validação de competências adquiridas em acções de voluntariado**. Estas actividades devem ser reconhecidas como uma experiência de aprendizagem e de trabalho não-formal e informal. É, também, fundamental que os EM assegurem a implementação de estruturas formais para a validação de todos estes conhecimentos adquiridos, devendo, por exemplo, resultar num certificado que possa ser reconhecido pelas instituições de ensino, empregadores, entre outros. Este é um assunto que tenho introduzido no Intergrupo de Economia Social e na Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, das quais faço parte.

Dia Europeu do 112 - Carlos Coelho promove Número de Emergência Europeu

Comemorou-se no dia 11 de Fevereiro, em toda a Europa, o **Dia do Número de Emergência Europeu - 112**.

Tal como noutros anos, por ocasião do Dia Europeu do 112, a Associação Europeia de Emergência (EENA) propõe um tema para as actividades promocionais e educativas que este ano é dedicado às *“Chamadas Falsas”*.

Para a EENA a questão das **“chamadas falsas”** poderia ser destaque em 2015: todos os serviços de emergência são afectados por falsas chamadas de emergência que desviam os serviços de emergência das pessoas que possam estar em situações de risco de vida e que precisam de ajuda urgente. **Pode significar a diferença entre a vida e a morte para alguém em apuros**.

O Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou desde o início esta iniciativa sendo Membro fundador da Plataforma **“MEP 112 Champions”** em que os Deputados se comprometem a apoiar e promover a utilização eficiente do número europeu de emergência 112 no seu país. Para o efeito uma das várias iniciativas do eurodeputado social-democrata para sensibilizar em Portugal o uso deste serviço, foi a realização do **“Minuto Europeu”** dedicado ao 112 que conta já com um grande destaque nas redes sociais.

Em Janeiro de 2015, juntamente com outro colega parlamentar Carlos Coelho endereçou uma Carta ao Comissário Günther Oettinger a sensibilizar o recém-empossado Comissário para esta causa.

Carlos Coelho recordou que **apenas 27% dos cidadãos europeus identificam o 112** como o número a ser chamado em caso de emergência em toda a UE, sendo a informação sobre o número de emergência europeu 112 escassa. **Carlos Coelho havia precisamente há um ano dirigido fortes críticas** ao insuficiente e lamentável trabalho da Comissão Europeia neste domínio especialmente no que se respeita à **localização de chamadas**.

Várias iniciativas tiveram lugar em vários países da Europa para sensibilizar os cidadãos europeus para o 112. Em Portugal foram promovidas acções pela Polícia de Segurança Pública (PSP), através de um conjunto de iniciativas nas escolas.


Sofia Ribeiro aborda o tema Base das Lajes com o congressista Jim Costa

Em reunião com o congressista Jim Costa, a Deputada **Sofia Ribeiro** abordou diversos assuntos de interesse comum aos Açores e aos Estados Unidos, como a **situação da Base das Lajes e do acordo de comércio livre entre a União Europeia e os Estados Unidos (TTIP)**, em fase de negociação. Segundo a Eurodeputada *“não poderia deixar de o questionar sobre os assuntos que mais nos afectam, nomeadamente a saída do contingente americano da Base das Lajes, que tão graves consequências terão na nossa economia regional e o importante acordo comercial com os EUA, o TTIP”*. Neste sentido, Sofia Ribeiro adiantou que *“o congressista referiu que está a seguir o processo com muita atenção e empenho e que um dos seus objectivos é também conseguir mitigar os danos desta saída americana, devendo igualmente ser potenciado o trabalho de parceria que está a ser feito. Por outro lado, também abordou as enormes potencialidades do TTIP, considerando este acordo muito importante para o desenvolvimento económico e social da União e dos EUA e que pode ser um verdadeiro motor de desenvolvimento para todas as partes”*.

A terminar as suas declarações, Sofia Ribeiro afirmou **“ver com muita apreensão o que se**



está a passar na Base das Lajes e também aqui no Parlamento Europeu, tento introduzir o tema em todas as áreas das minhas competências. Por outro lado, há também algumas oportunidades como o TTIP, cujas negociações deverão ser devidamente monitorizadas, pois neste mundo altamente competitivo, em que se verifica o crescimento económico de vários países asiáticos, justifica-se uma **forte cooperação entre o Parlamento Europeu e o Congresso Americano para levar estas negociações até ao**

fim. Este trabalho conjunto que os parlamentares de ambas as partes podem desenvolver, deverão ter como objectivo último informar e envolver os cidadãos e as suas organizações nesta importante iniciativa comercial, e quem sabe, tentar tirar vantagens para a nossa Região, que conta com uma enorme comunidade nos Estados Unidos, em que muitos dos seus membros, ocupam lugares de destaque quer na sociedade, no mundo empresarial, quer mesmo na política”. 

Carlos Coelho defende erradicação da violência no desporto


Um conjunto de Eurodeputados, de diferentes quadrantes políticos, entre os quais o Deputado **Carlos Coelho** subscreveram uma **Declaração Parlamentar Escrita** sobre **“violência em jogos de Futebol e outros eventos desportivos”**.

O desporto, tornou-se uma das actividades humanas mais comuns. Além do aspecto da saúde, o desporto contribui para a inserção e a integração sociais, participa no processo de educação não formal, favorece os inter-

câmbios culturais e cria empregos na União Europeia. Infelizmente, temos assistido a várias manifestações de violência ligadas ao desporto. Para os deputados **“lutar contra a violência no desporto constitui um desafio para a União Europeia”**, defendendo a **“necessidade de medidas fortes e decisivas para erradicar a violência no desporto”**.

Com a presente declaração, que faz explícita referência aos acontecimentos (e mortos) em Espanha, os Deputados, **“convidam a Comis-**

são Europeia a intervir e empreender acções decididas para promover o valor do desporto e erradicar todas as formas de violência, intolerância, racismo, xenofobia nos eventos desportivos”.

Uma Declaração Parlamentar Escrita é um mecanismo que permite, mesmo na ausência de um debate, que mais de metade dos Deputados mandatem o Presidente do Parlamento a exprimir em nome deste, as preocupações que constam no seu texto. 


Missão de Deputados na Ucrânia para avaliar Ajudas ao Desenvolvimento

Os membros das Comissões do Orçamento (BUDG) e da Segurança e Defesa (SEDE) realizaram, de 18 a 20 de Março, uma série de conversações com o governo e o Parlamento Ucrainiano, assim como diversas instituições locais.

O trabalho da Comissão dos Orçamentos incide sobretudo na avaliação de fundos comunitários e outros apoios da UE que possam ser utilizados para ajudar à melhoria da situação económica e financeira da Ucrânia.

Como coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos e relator do Orçamento da UE para 2016, **José Manuel Fernandes** reforça a necessidade de contribuir para que seja possível minorar os grandes sacrifícios e sofrimentos a que tem sido sujeita a população ucraniana por causa do conflito bélico no país, com o envolvimento da Rússia.

O Eurodeputado salienta que **a União Europeia é o maior doador mundial de ajuda ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza**, prestando assistência de emergência em crises humanitárias e civis – como é o caso da Ucrânia. E assume-se confiante que esta política de solidariedade externa será reiterada no próximo orçamento da UE. Para além de ser uma ameaça à paz e estabilidade na Europa, o conflito na Ucrânia é uma demonstração sobre a importância de valores como a tolerância e o respeito pela diversidade.

Como refere José Manuel Fernandes, *“não são aceitáveis ditaduras sejam de direita ou de esquerda, tal como são inaceitáveis massacres por causa de diferenças, sejam elas de âmbito político, étnico, cultural, religioso, económico, social ou nacionalista”*. 



José Manuel Fernandes refere “não são aceitáveis ditaduras sejam de direita ou de esquerda, tal como são inaceitáveis massacres por causa de diferenças, sejam elas de âmbito político, étnico, cultural, religioso, económico, social ou nacionalista”.





Taxa de Chegada a Lisboa deve ser travada afirma Cláudia Monteiro de Aguiar

Cláudia Monteiro de Aguiar, Deputada na Comissão dos Transportes e Turismo, numa audição com a Comissão Europeia interpelou os serviços sobre a **legalidade desta taxa de desembarque de 1 euro** que, segundo o regulamento do **Município de Lisboa**, incidirá sobre os passageiros que não tenham domicílio fiscal em território nacional. Na sua intervenção a Eurodeputada sublinhou que *“a criação desta taxa de chegada terá um impacto na procura do destino e, consequentemente, no sector da aviação europeia e na indústria do Turismo”*.

Para além destes efeitos a Deputada Madeirense sustenta *“que a validade desta taxa vai ser analisada pelos serviços da Comissão Europeia, após uma reunião a meu pedido, uma vez que ao diferenciar os passageiros estamos perante uma clara discriminação que põe em causa a liberdade de circulação de pessoas dentro do espaço Schengen, nomeadamente dos turistas europeus”*.

Numa reunião realizada esta semana com o


Director Executivo da Associação dos Representantes das Companhias Aéreas (RENA), António Moura Portugal, Cláudia Monteiro de Aguiar juntou-se às vozes críticas do sector da aviação afirmando *“que para além da legalidade da mesma em termos de direito primário da União, fica por esclarecer a sua praticabilidade e admissibilidade operacional e económica”*.

A Deputada destaca ainda *“que o Aeroporto de Lisboa serve o país e, por isso, nada nos diz que o turista que desembarque por via aérea ou marítima permaneça na aérea geográfica do Município.”* No caso específico do Porto Marítimo de Lisboa a Eurodeputada sublinha que a aplicação da mesma *“pode levar à deslocalização deste porto como destino preferencial, uma vez que os competidores directos, como o Porto de Vigo, Málaga e Gibraltar e os outros portos nacionais poderão tornar-se alternativa a Lisboa”*.

Por outro lado a forma de reembolso, anunciada no regulamento do Município de Lisboa, aos passageiros com domicílio fiscal em

território nacional é considerada pela Eurodeputada mais *“um encargo desnecessário e absurdo sobre os passageiros que, por motivos familiares ou de trabalho, têm que desembarcar em Lisboa”*.

A Deputada Madeirense do PSD considera imprudente a criação de taxas turísticas penalizadoras para a actividade turística, numa altura em que Portugal *“regista um crescimento, acima da média Europeia, no número total de dormidas nas unidades hoteleiras, estando no top 3 dos países Europeus com maior crescimento”*.

Na pergunta escrita enviada à Comissão Europeia, a Eurodeputada identifica esta violação clara ao princípio basilar da União Europeia da livre circulação de pessoas, bem como uma violação aos princípios da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), de que Portugal é parte, que afirma que quaisquer encargos sobre o tráfego aéreo ou passageiros devem ter como destino directo o reinvestimento no sector da aviação. 

Taxa de Costa é ilegal



A Comissão Europeia em resposta à Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar considera que as Taxas Turísticas apresentadas pelo actual Secretário-geral do Partido Socialista português, são excessivas e com efeitos negativos sobre a competitividade da indústria do Turismo.


Em resposta escrita à Deputada do PSD, Cláudia Monteiro de Aguiar, a Comissão Europeia afirma que a Taxa Turística introduzida pela Câmara Municipal de Lisboa, é claramente uma **violação à legislação da União**. “A Comissão recorda que, em termos gerais, **a legislação da UE proíbe a discriminação em razão da nacionalidade**. Tal aplica-se às discriminações ostensivas em razão da nacionalidade e, salvo justificação em contrário, às formas dissimuladas de discriminação que, **aplicando outros critérios de distinção, por exemplo, a residência fiscal, leva ao mesmo resultado, uma vez que são susceptíveis de afectar em maior grau os cidadãos da UE do que os nacionais e de os colocar numa situação de particular desvantagem**. O mesmo se aplica no domínio da fiscalidade, em que os **Estados-Membros devem exercer a sua competência no respeito do direito da União**.”

A Comissão Europeia vai ainda mais longe

referindo **“a proliferação de Taxas Turísticas, incluindo as Taxas Locais, como excessivas e com efeitos negativos sobre a competitividade da indústria do Turismo”**.

Cláudia Monteiro de Aguiar destaca assim a sua posição inicial de rejeição das propostas de António Costa: *“os efeitos perversos da criação de Taxas Turísticas, numa altura em que o Sector Turístico tem vindo a mostrar uma enorme resiliência e que tem crescido acima da média Europeia, encontrando-se no Top 3 dos Países Europeus que mais tem crescido”*.

Considera ainda a Deputada que *“a ilegalidade da mesma obriga o Município de Lisboa a retirar este regulamento, uma vez que a forma de cobrança realizada excepcionalmente pela ANA, refere-se somente a este ano”*. Cláudia Monteiro de Aguiar pergunta ainda *“se a ANA está disposta a suportar esta Taxa ilegal nos anos seguintes e a alargar aos outros concelhos em iguais circunstâncias”*.

Numa altura em que o Partido Socialista se proclama como a alternativa para o País *“o seu actual Secretário-Geral e antigo Presidente do Município de Lisboa cria Taxas ilegais que afectam directamente o crescimento e a competitividade do País.”* 

20 Anos de Schengen: Portugal desde o início

Fez no dia 26 de Março, 20 anos que entrou em vigor uma das maiores conquistas da Construção Europeia: o Acordo Schengen, assinado 10 anos antes entre o Benelux (Bélgica, Holanda e o Luxemburgo), a França e a Alemanha.

Carlos Coelho, a propósito desta data sublinhou que **“Portugal foi, a par de Espanha e dos cinco signatários iniciais, um dos sete países que nesta data viram as suas fronteiras internas desaparecer e dar lugar a um espaço único de circulação**. Estivemos no pelotão da frente da integração Europeia.”

O Social-democrata, responsável pela maioria dos **dossiers** Schengen no Parlamento Europeu nos últimos 10 anos, considera que Schengen **“corporiza uma das nossas liberdades essenciais”** e recordou que em todas as sondagens do Eurobarómetro a grande maioria dos cidadãos europeus considera Schengen e a liberdade de circulação como **“a mais importante conquista do Projecto Europeu”**. Mas Carlos Coelho alertou que há desafios para vencer: **“Temos de combater os que explorando o medo querem destruir a livre circulação com o pretexto de combater o terrorismo”** e sublinhou que **“é urgente implementar o Novo Sistema de Avaliação Schengen**. A melhor maneira de podermos confiar no controlo das nossas fronteiras externas é poder avaliar de forma independente e a nível europeu se em todos os Estados-Membros e em todas as fronteiras se estão (ou não) a cumprir as normas de Schengen”. 